

ÍNDICE

ABREVIATURAS USADAS	XV
---------------------------	----

TÍTULO I – PARTE GERAL

CAPÍTULO I – DIREITO FINANCEIRO	29
1. A ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO	29
1.1. Os Fins do Estado	29
1.2. Atividade Financeira	30
2. DIREITO FINANCEIRO	30
2.1. Competência Legislativa	33
3. AS RECEITAS PÚBLICAS	33
3.1. Noções Gerais	33
3.2. Classificação das Receitas	33
3.3. Receitas Patrimoniais	34
3.4. Receitas Tributárias	34
3.4.1. Noções Iniciais	34
3.4.2. Espécies de Receitas Tributárias	34
3.4.3. Sistema de Arrecadação de Tributos	35
3.5. Receitas Transferidas	35
4. AS DESPESAS PÚBLICAS	36
4.1. Noções Iniciais	36
4.2. Classificação das Despesas	36
5. O ORÇAMENTO	37
5.1. Noções Gerais	37
5.2. Plano Plurianual	37
5.3. A Lei de Diretrizes Orçamentárias	37
5.4. Lei Orçamentária	38
5.5. Princípios Orçamentários	38
6. CONTROLE PÚBLICO	39
6.1. Controle externo	41
6.2. Controle interno	43
7. A NATUREZA JURÍDICA DO TRIBUNAL DE CONTAS	45
CAPÍTULO II – INTRODUÇÃO AO DIREITO TRIBUTÁRIO	51
1. NOÇÕES GERAIS	51
2. AS CIVILIZAÇÕES ANTIGAS	51
3. O SISTEMA FEUDAL	52

CAPÍTULO III – SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO	55
1. PERÍODO IMPERIAL	55
2. PERÍODO REPUBLICANO	55
3. A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	57
CAPÍTULO IV – DIREITO TRIBUTÁRIO	61
1. CONCEITO DE DIREITO TRIBUTÁRIO	61
2. AUTONOMIA DO DIREITO TRIBUTÁRIO	61
3. CODIFICAÇÃO DO DIREITO TRIBUTÁRIO	61
CAPÍTULO V – FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO	65
1. FONTES MATERIAIS	65
2. FONTES FORMAIS	65
2.1. Constituição Federal	66
2.2. Lei Complementar	66
2.3. A Lei Ordinária	67
2.4. Medida Provisória	68
2.5. Lei Delegada	70
2.6. O Decreto Legislativo	70
2.7. As Resoluções	71
3. NORMAS COMPLEMENTARES	71
CAPÍTULO VI – PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO	79
1. DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR	79
1.1. Princípio da estrita legalidade	82
1.2. Princípio Constitucional da Anterioridade da Lei Tributária	85
1.3. Noventena	87
1.4. Princípio da Isonomia	89
1.5. Princípio da Irretroatividade da Lei	90
1.6. A Uniformidade da Tributação – Princípio da Uniformidade	91
1.7. Princípio da Capacidade Contributiva	92
1.8. Princípio da Não-Cumulatividade	95
1.9. Princípio da Seletividade	95
1.10. Princípio da Vedação ao Tributo com Efeito Confiscatório	96
1.11. Princípio da Igualdade ou Isonomia Tributária	98
1.12. Princípio da Interpretação Objetiva do Fato Gerador	98
1.13. Princípio da Não-limitação ao Tráfego de Pessoas e Bens	99
1.14. Princípio da Uniformidade Geográfica	99
1.15. Não Concessão de Privilégios a Títulos Federais	100
1.16. Não Concessão de Isenção	100
2. IMUNIDADES	101
2.1. A Imunidade Recíproca, Existente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios	103
2.2. Impostos Alcançados pela Imunidade	104
2.3. Responsabilidade por Retenção	105

2.4. Imunidade dos templos	105
2.5. Imunidade dos partidos políticos, inclusive suas fundações art. 150, VI, c, CF	105
2.6. Imunidade das entidades sindicais de trabalhadores art. 150, VI, c, § 4º, CF	106
2.7. Imunidade das instituições de educação e assistência social art. 150, VI, ce § 4º	106
2.8. Imunidade do livro jornal e periódico – art. 150, VI, <i>d</i>	106
2.8.1. Conceito de Livro	107
CAPÍTULO VII – DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS	109
1. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	110
1.1. Competência Tributária Privativa	112
1.2. Competência Tributária Comum	114
1.3. Competência Tributária Residual	114
1.4. Competência Tributária Cumulativa	114
1.5. Competência Tributária Concorrente	115
1.6. Competência Tributária Especial	115
1.7. Competência Tributária Extraordinária	115
CAPÍTULO VIII – DISTRIBUIÇÃO DE RECEITAS	117
1. AOS ESTADOS	117
2. AOS MUNICÍPIOS	117
CAPÍTULO IX – TRIBUTOS	121
1. CONCEITO DE TRIBUTO	121
2. CONCEITO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	123
3. ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS	123
4. FINALIDADES DOS TRIBUTOS	125
5. IMPOSTOS	126
6. TAXAS	129
6.1. Taxas de serviço	131
6.2. Taxa e Preço Público	132
6.3. Pedágio	133
7. A CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	134
8. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO	136
9. CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS	137
9.1. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	140
9.1.1. COFINS – não-cumulativa	141
9.2. Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS	141
9.2.1. Contribuição para o PIS – não-cumulatividade	142
9.3. Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF	142

10. CONTRIBUIÇÕES INTERVENTIVAS – SISTEMA “S”	143
11. CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	144
12. CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	144
CAPÍTULO X – LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	145
1. INTRODUÇÃO	145
2. ELABORAÇÃO DE NORMAS – REGRAS	148
CAPÍTULO XI – INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	151
1. INTRODUÇÃO	151
2. PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO PRIVADO	154
3. PRINCÍPIO DA INALTERABILIDADE DA COMPETÊNCIA	154
4. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA	154
CAPÍTULO XII – INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	155
CAPÍTULO XIII – OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	157
1. INTRODUÇÃO. NOÇÕES GERAIS	157
2. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL E ACESSÓRIA	159
3. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	159
4. FATO GERADOR	160
4.1. Elementos da Obrigação Tributária	160
4.2. Momento de Ocorrência do Fato Gerador	161
4.3. Condições Suspensivas e Resolutórias	162
4.4. Sujeito Ativo	163
4.5. Sujeito Passivo	164
4.5.1. Contribuinte Responsável	164
4.5.2. Contribuinte de fato e o contribuinte de direito	164
4.5.3. Responsabilidade	165
4.5.4. Solidariedade	166
4.5.5. A capacidade tributária	167
CAPÍTULO XIV – DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO	171
CAPÍTULO XV – RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	173
1. INTRODUÇÃO	173
2. RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES	173
2.1. Fusão	175
2.2. Transformação	175
2.3. Incorporação	175
2.4. Cisão	175
3. RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS	176
3.1. Responsabilidade por substituição	176
3.2. Responsabilidade por transferência	177
4. RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES	179

* CAPÍTULO XVI – REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA	183
CAPÍTULO XVII – CRÉDITO TRIBUTÁRIO	187
1. INTRODUÇÃO	187
2. O LANÇAMENTO	188
2.1. Conceito	188
2.2. Elementos do lançamento	192
3. CRÉDITO TRIBUTÁRIO, LANÇAMENTO: SUA RELAÇÃO COM O FATO GERADOR; MODALIDADES	192
3.1. Alteração de lançamento	193
3.1.1. Impugnação do sujeito passivo	194
3.1.2. Pela apreciação do recurso de ofício	194
3.1.3. No caso da autoridade competente, a vista de alguma irregularidade, procede à revisão de ofício, nos casos previstos no art. 149	195
3.2. Mudança de critério jurídico: (CTN, art. 146)	196
3.3. Revogação do Lançamento	196
4. MODALIDADES DE LANÇAMENTO	197
4.1. Lançamento por declaração	197
4.2. Lançamento direto, de ofício ou <i>ex officio</i>	197
4.2.1. Arbitramento pelo Fisco	198
4.3. Lançamento por homologação	198
4.3.1. Denúncia Espontânea	199
CAPÍTULO XVIII – A SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	201
1. INTRODUÇÃO – NOÇÕES GERAIS	201
2. A MORATÓRIA	202
3. DEPÓSITO MONTANTE INTEGRAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	204
4. MEDIDA LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA	205
5. RECURSO EM SEDE DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	209
6. A LIMINAR EM SEDE DE MEDIDA CAUTELAR E TUTELA ANTECIPADA EM SEDE DE AÇÃO ORDINÁRIA	210
7. PARCELAMENTO	212
CAPÍTULO XIX – A EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	213
1. PAGAMENTO	213
1.1. Imputação do Pagamento	215
1.2. Restituição – Repetição do Indébito	217
1.2.1. Decadência do direito do contribuinte pleitear a restituição do indébito tributário:	219
1.2.2. Prescrição do direito de ação do contribuinte repetir o indébito tributário	220
1.2.3. Restituição de tributos indiretos	220
2. COMPENSAÇÃO	221
3. TRANSAÇÃO	223
4. REMISSÃO	223

5. DECADÊNCIA E A PRESCRIÇÃO	224
5.1. Anulação de Ato Administrativo, por Vício Formal	226
5.2. Início de Lançamento	226
5.3. Decadência do Direito de Lançar	226
5.4. Prescrição do Direito do Fisco Cobrar o crédito tributário	227
5.4.1. Reconhecimento do débito	228
5.5. Efeitos diversos da prescrição e da decadência	230
6. CONVERSÃO DO DEPÓSITO EM RENDA	231
7. PAGAMENTO ANTECIPADO E HOMOLOGAÇÃO	232
8. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	234
9. DECISÃO ADMINISTRATIVA IRREFORMÁVEL	235
9.1. Revogação e Anulação de decisão condenatória	236
10. A DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO	236
12.1. Rescisão de sentença	236
11. A DAÇÃO EM PAGAMENTO	237
12. HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	237
12.1. O crédito tributário pode ser excluído	
pela isenção e a anistia	237
12.1.1. Isenção	237
12.1.1.1. Revogação da Isenção	240
12.1.1.2. Isenção e Alíquota Zero	241
12.1.1.3. Distinção entre isenção, imunidade e não-incidência	242
12.2. Diferimento	247
12.3. Anistia	248

CAPÍTULO XX – GARANTIAS E PRIVILÉGIOS

DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	251
1. INTRODUÇÃO	251
2. PRIVILÉGIOS OU PREFERÊNCIAS	258

CAPÍTULO XXI – INCENTIVOS FISCAIS

1. AS IMUNIDADES E ISENÇÕES A IMPOSTOS	263
2. AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES	263
3. CONVÊNIOS E PARCERIAS	264
4. INCENTIVOS PARA DOAÇÕES	264
5. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	264

CAPÍTULO XXII – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. FISCALIZAÇÃO	267
2. DÍVIDA ATIVA	269
3. CERTIDÕES NEGATIVAS	273

TÍTULO II – PARTE ESPECIAL

CAPÍTULO I – TRIBUTOS	277
1. TEOREMA FUNDAMENTAL DO TRIBUTO	277

1.1. Elementos	277
1.1.1. Princípios Básicos da Tributação à Luz das Finanças Públicas	277
1.1.1.1. Princípio da Eficiência	278
1.1.1.2. Princípio da Equidade	278
1.1.1.3. Princípio da Simplicidade	279
2. ASPECTOS DO FATO GERADOR DOS TRIBUTOS	281
2.1. Fato Gerador Continuado	281
2.2. Fato Gerador Instantâneo	281
2.3. Fato Gerador Periódico	282
2.4. Aspecto Material	282
2.5. Aspecto Subjetivo	282
2.6. Aspecto Quantificativo	282
2.7. Aspecto Temporal	283
2.8. Aspecto Espacial	283
CAPÍTULO II – IMPOSTOS	285
1. IMPOSTOS MUNICIPAIS	285
1.1. IPTU – Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	285
1.2. ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	288
1.3. ITBI – Imposto sobre transmissões inter vivos, a Qualquer título, por Ato Oneroso, de bens imóveis, natureza ou acessão física, e de direitos a Ele Relativos, exceto os de garantia, bem como a cessão de Aquisição de Seus direitos	306
2. IMPOSTOS ESTADUAIS	310
2.1. ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação	310
2.2. ITCMD – Imposto Sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos	317
2.3. IPVA – Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores	320
3. IMPOSTOS DA UNIÃO	323
3.1. ITR – Imposto sobre Propriedade Territorial Rural	323
3.2. IOF – Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários	329
3.3. Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros	334
3.4. Imposto sobre a Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados	339
3.5. IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	342
3.6. IR – Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	346
3.6.1. Pessoa Física	350
3.6.2. Pessoa Jurídica	354
3.6.2.1. Lucro Real	356
3.6.2.2. Lucro Presumido	358

3.6.2.3. Lucro Arbitrado	360
3.6.2.4. Tributação na Fonte	362
3.7. SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte	362
3.8. O SUPER SIMPLES ou SIMPLES NACIONAL	363
3.8.1. Atividades admitidas	365
3.8.2. Vedações	369
3.8.3. Exceções / Atividades Permitidas	370
3.8.4. Obrigações Fiscais Acessórias	371
3.8.5. Obrigações Trabalhistas	372

TÍTULO III – PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

1. DEFINIÇÃO	375
2. ELISÃO E EVASÃO TRIBUTÁRIAS	377
3. FIGURAS DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO	379
3.1. Abuso de Direito	380
3.2. O Abuso de Formas	380
3.3. Dissimulação	380
4. A NORMA GERAL ANTIELISÃO (EVASÃO)	381
5. O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NO DIREITO COMPARADO	382
5.1 Alemanha	383
5.2 Estados Unidos	383
5.3 Inglaterra	384
6. JURISPRUDÊNCIA ADMINISTRATIVA	384

TÍTULO IV – DIREITO TRIBUTÁRIO PENAL E DIREITO PENAL TRIBUTÁRIO

1. INTRODUÇÃO	389
2. DEFINIÇÃO	390
3. SANÇÕES PENAIS	392
4. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA	392
4.1. Apropriação Indébita Previdenciária	395
4.2. Inserção de dados falsos em sistema de informações	396
4.3. Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações	396
4.4. Sonegação de contribuição previdenciária	396
4.5. Crimes de <i>lavagem</i> ou ocultação de bens, direitos e valores	398
5. COMPETÊNCIA	399
6. SANÇÕES FISCAIS	399

TÍTULO V – O PROCESSO FISCAL

CAPÍTULO I – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	403
1. INTRODUÇÃO	403
2. ESTADO	404

2.1. Governo	405
2.2. Administração Pública	405
2.3. Organização da Administração	405
3. PODERES ADMINISTRATIVOS	405
3.1. Poder Vinculado	405
3.2. Poder Discricionário	406
3.3. Poder Hierárquico	406
3.4. Poder Disciplinar	406
3.5. Poder Regulamentar	407
3.6. Poder de Polícia	407
4. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	408
4.1. Princípio da Legalidade	408
4.2. Princípio da Moralidade	409
4.3. Princípio da Impessoalidade	409
4.4. Princípio da Publicidade	410
4.5. Princípio da Eficiência	410
4.6. Princípio da Razoabilidade	410
4.7. Princípio da Proporcionalidade	411
4.8. Princípio da Supremacia do Interesse Público	411
4.9. Princípio da Autotutela	411
4.10. Princípio da Indisponibilidade	412
4.11. Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos	412
CAPÍTULO II – ATO ADMINISTRATIVO	413
1. CONCEITO	413
2. REQUISITOS DO ATO ADMINISTRATIVO	413
2.1. Competência	413
2.2. Finalidade	414
2.3. Forma	414
2.4. Motivo	414
2.5. Objeto	415
3. MÉRITO DO ATO ADMINISTRATIVO	415
3.1. Atributos do Ato Administrativo	415
3.1.1. Presunção de Legitimidade	415
3.1.2. Auto-executoriedade	416
3.1.3. Imperatividade	416
3.1.4. Tipicidade	417
4. CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	417
4.1. Atos gerais e atos individuais	417
4.2. Atos concretos e atos abstratos	417
4.3. Atos vinculados e atos discricionários	417
4.3.1. Ato Administrativo Vinculado	417
4.3.2. Ato Administrativo Discricionário	418
5. MOTIVAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	418

6. TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES	419
7. INVALIDAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	419
7.1. Revogação	420
7.2. Anulação	421
7.2.1. Anulação pela Própria Administração	422
7.2.2. Anulação pelo Poder Judiciário	422
CAPÍTULO III – O PROCESSO ADMINISTRATIVO	425
1. INTRODUÇÃO	425
2. PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	427
2.1. Legalidade Objetiva	427
2.2. Oficialidade	427
2.3. Informalismo	427
2.4. Verdade Material ou Real	427
2.5. Do Contraditório e da Ampla Defesa	428
3. CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL	429
3.1. Preventivo	429
3.1.1. Fundamento constitucional	429
3.2. A Consulta Tributária na legislação infraconstitucional	430
3.2.1. Município	431
3.2.2. Estado de São Paulo	432
3.2.3. Consulta sobre tributos federais	433
3.2.4. Consulta tributária e pedido de orientação ou assistência técnica	436
3.2.4.1. Natureza jurídica do processo de consulta	437
4. O ADVOGADO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO	439
5. DOS PRAZOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL	440
BIBLIOGRAFIA	443

APÊNDICES GRAVADOS EM CD

APÊNDICE I - LEGISLAÇÃO RECOMENDADA PARA AS ÁREAS JURÍDICA E TRIBUTÁRIA	551
APÊNDICE II - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	561
APÊNDICE III - 600 QUESTÕES DE CONCURSO RESOVIDAS	637
APÊNDICE IV - LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14/12/06 (SUPERSIMPLES)	733